



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ

### ASSESSORIA JURÍDICA LEI MUNICIPAL 2262, DE 22/12/2009

Altera o artigo 1º da Lei Municipal nº. 2.162/2008 e dá outras providências.

CARLOS JANDREY, Prefeito Municipal de Ibirubá - RS, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e o mesmo sanciona e promulga a seguinte Lei Municipal que, naquela Casa tramitou como Projeto de Lei Municipal nº. 048/2009, de 04 de dezembro de 2009:

Art. 1º. Altera o artigo 1º, da Lei Municipal nº. 2.162, de 27 de fevereiro de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação: “Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação do Estado do Rio Grande do Sul, um terreno urbano, de forma irregular, lote C, com a área superficial de 2.811,4528-m², (dois mil, oitocentos e onze metros, quarenta e cinco decímetros e vinte e oito centímetros quadrados), com parte de um prédio de alvenaria com a área de 1.027,60-m², situado nesta cidade, no Bairro Centro, com frente para a rua General Osório, lado par, distante na direção leste 5,00-m da esquina com a rua Mérito, no quarteirão formado pela rua General Osório, rua Mérito, Travessa Natal e rua Gramado, confrontando e medindo: ao norte, na direção leste, por uma linha de 42,05-m, com a rua General Osório; ao leste, na direção sul, por uma linha de 63,09-m, com parte do terreno de Antônio Andriano; ao sul, na direção oeste, por uma linha de 4,00-m com o lote D de Ana Luisa Jung Saggin; ao leste, na direção sul, por uma linha de 11,48-m com o lote D de Ana Luisa Jung Saggin; ao sul, na direção oeste, por uma linha de 12,89-m com o lote D de Ana Luisa Jung Saggin; ao oeste, na direção norte, por uma linha de 14,02-m com parte do terreno do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; ao sul, na direção oeste, por uma linha de 25,11-m, com terreno do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; e, ao oeste, na direção norte, por uma linha de 63,90-m, sendo 10,53-m com

parte do terreno de Cláudio Valdir Prates de Oliveira, 11,76-m com terreno de Gilmar Budke, 14,51m com terreno de Rejane Klaesener Willig e 27,10-m com terreno de João Petry, inscrito no Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Ibirubá/RS, sob a matrícula nº. 18.257, de 23 de setembro de 2009.”

Art. 2º. Fica revogada a Lei Municipal nº. 2.173, de 14 de maio de 2008.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRUBÁ, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

**CARLOS JANDREY,**  
Prefeito Municipal.

Registra-se, Publique-se, Cumpre-se.

**GUSTAVO ROBERTO SCHROEDER,**  
Secretário Geral.

**Publicado por:**  
Martin Luiz Wilke Becker  
**Código Identificador:**52002415

### ASSESSORIA JURÍDICA LEI MUNICIPAL 2264, DE 22/12/2009

Altera dispositivos da Lei Municipal nº. 1.624/99.

CARLOS JANDREY, Prefeito Municipal de Ibirubá - RS, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e o mesmo sanciona e promulga a seguinte Lei Municipal que, naquela Casa tramitou como Projeto de Lei Municipal nº. 050/2009, de 11 de dezembro de 2009:

Art. 1º. Altera o parágrafo 2º, do artigo 2º, da Lei Municipal nº. 1.624/99, de 16 de março de 1999, redação dada pela Lei Municipal nº. 1.785/2001, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. *omissis*

§ 2º. Após a indicação, os membros da JARI e seus suplentes serão nomeados por Portaria do Prefeito Municipal com a designação de quem irá presidir à Junta Administrativa de Recursos de Infrações, com mandato de duração de dois anos, permitida uma recondução, desde que anuída pelo órgão e/ou entidade que indicou o membro.”

Art. 2º. Altera o parágrafo 4º, do artigo 2º, da Lei Municipal nº. 1.624/99, de 16 de março de 1999, redação dada pela Lei Municipal nº. 2.041/2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. *omissis*

§ 4º. Cada membro da JARI fará jus ao recebimento de JETON, no valor de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) por sessão.”

#### Expediente:

Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS

#### Diretoria 2009/2010

<b>Presidente:</b>	<b>Marcus Vinicius Vieira de Almeida</b> - Sentinela do Sul
1º Vice-Presidente:	Joel Ghisio - Mariana Pimentel
2º Vice-Presidente:	Valdir José Zasso - Alpestre
3º Vice-Presidente:	Décio Antônio Colla - São Francisco de Paula
1º Secretário:	João Carlos Brum - Alvorada
2º Secretário:	Carlos Alberto Bohn - Mato Leitão
1º Tesoureiro:	Pedro Paulo Prezzotto - Getúlio Vargas
2º Tesoureiro:	Wainer Viana Machado - Santana do Livramento

Jornalista Responsável: Sandra Domit - MTB 6290

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRUBÁ, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

**CARLOS JANDREY,**  
Prefeito de Ibirubá.  
Registra-se, Publique-se, Cumpre-se.

**GUSTAVO ROBERTO SCHROEDER,**  
Secretário Geral.

**Publicado por:**  
Martin Luiz Wilke Becker  
**Código Identificador:**507A3B2D

## **ASSESSORIA JURÍDICA** **LEI MUNICIPAL 2263, DE 22/12/2009**

Regulamenta a instalação das estações de Rádio Base de telefonia celular e micro células para reprodução de sinais e equipamentos afins.

CARLOS JANDREY, Prefeito Municipal de Ibirubá - RS, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e o mesmo sanciona e promulga a seguinte Lei Municipal que, naquela Casa tramitou como Projeto de Lei Municipal nº. 049/2009, de 04 de dezembro de 2009:

Art. 1º. A instalação de novas estações de Rádio Base de telefonia celular e micro células para reprodução de sinais e equipamentos afins deverão respeitar o disposto nesta Lei.

Art. 2º. O pedido para a instalação de Estação Rádio-Base (ERB), micro células de Telefonia Celular e equipamentos afins deverá ser protocolizado em requerimento endereçado junto ao setor de projetos do Município, contendo os seguintes documentos:

- I - comprovante de propriedade e/ou locação do espaço destinado à instalação da estação de Rádio Base de telefonia celular ou micro células para reprodução de sinal ou equipamentos afins;
- II - duas vias de planta de situação e localização;
- III - licença e/ou autorização da Agência Nacional de Telecomunicações;
- IV - ART de projeto de execução.

Art. 3º. É vedada a instalação de Rádio Base de telefonia celular, micro células para reprodução de sinal e equipamentos afins em áreas de praças, parques urbanos, e no entorno de equipamentos de interesse sócio-cultural e paisagístico.

Art. 4º. Além do disposto no artigo anterior é vedada a instalação de antena transmissora de Rádio Base de telefonia celular, micro células para reprodução de sinal e equipamentos afins a uma distância inferior a cinquenta metros de qualquer edificação residencial ou comercial.

§ 1º. A distância prevista acima deverá ser calculada do eixo da torre até a primeira edificação.

§ 2º. Excetua-se ao disposto no Art. 4º e § 1º, desta Lei, a instalação de antenas transmissoras em topo de edificações com doze metros de altura ou mais, contados do nível da rua, mediante a apresentação de comprovante de autorização do proprietário do prédio, limitados à altura da antena a trinta metros, descontados do cálculo a altura da edificação.

Art. 5º. Deverá o interessado comunicar ao Órgão regulador e ao setor de projetos do Município à conclusão da instalação da ERB ou micro células para verificar se está em conformidade com o projeto licenciado.

§1º. Por ocasião da liberação para funcionamento e anualmente o Município exigirá laudo radiométrico assinado por físico ou engenheiro da área de radiação, com a devida Responsabilidade Técnica.

§2º. No laudo radiométrico deverá constar levantamento dos níveis de densidade de potência nos limites da propriedade da instalação, edificações vizinhas e que apresentarem altura similar ou superior aos pontos de transmissão e de áreas julgadas sensíveis às radiações eletromagnéticas, em conformidade com o estabelecido no projeto aprovado.

Art. 6º. O licenciamento de que trata a presente Lei poderá ser cancelado a qualquer tempo se comprovado prejuízo ambiental e sanitário e que esteja diretamente relacionado com a localização do equipamento, a partir de legislação federal superveniente que venha a reger este assunto.

Parágrafo único - No caso de cancelamento do licenciamento, a empresa responsável deverá suspender o funcionamento da ERB (Estação Rádio Base) em 24 horas.

Art. 7º. As penalidades aplicáveis tendo em vista procedimentos que estiverem em desacordo com as recomendações ambientais e sanitárias são as contidas na legislação municipal.

Art. 8º. Revoga a Lei Municipal nº. 1.755, de 02 de janeiro de 2001.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRUBÁ, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

**CARLOS JANDREY,**  
Prefeito de Ibirubá.

Registra-se, Publique-se, Cumpre-se.

**GUSTAVO ROBERTO SCHROEDER,**  
Secretário Geral.

**Publicado por:**  
Martin Luiz Wilke Becker  
**Código Identificador:**F191C020

## **CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES** **RELAÇÃO DE SUBSÍDIOS**

Relação de Subsídios dos Agentes Políticos e Remuneração dos Cargos na Câmara Municipal de Ibirubá – 2009

- 1- Vereador R\$ 3.360,00
- 2- Presidente R\$ 5.040,00
- 3- Assessor Parlamentar R\$ 819,90
- 4- Assessor Jurídico R\$ 2.809,45
- 5- Secretário da Câmara R\$ 2.601,09
- 6 – Técnico em Contabilidade R\$ 3.054,79
- 7 – Tesoureiro R\$ 1.852,10

Obs. Subsídio ou Remuneração bruta, sem os descontos legais.

Ibirubá, 24 de Dezembro de 2009.

**Ver. ÉRICO PIMENTEL NOGUEIRA**

Presidente

**Publicado por:**

Lucia Fernanda Wohlenberg de Souza

**Código Identificador:**766902F8**GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA N.º 5.590/2009**

Exonera a pedido, Djéssica Aldebrand, contratada como Adolescente Aprendiz.

CARLOS JANDREY, Prefeito Municipal de Ibirubá-RS, no uso de suas atribuições legais, contidas no artigo 68, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 03 de abril de 1990 e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.821/2001, de 18 de dezembro de 2001,

**R E S O L V E**

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, DJÉSSICA ALDEBRAND, a contar de 01 de janeiro de 2010, contratada como ADOLESCENTE APRENDIZ, através da Portaria n.º 5.318/2009.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de janeiro de 2010, ficando revogada a Portaria n.º 5.318/2009.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRUBÁ-RS, em 22 de dezembro de 2009.

**CARLOS JANDREY**

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se,  
Cumpra-se.**GUSTAVO ROBERTO SCHROEDER**

Secretário Geral

**Publicado por:**

Lucia Fernanda Wohlenberg de Souza

**Código Identificador:**FB2246DE**GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO N.º 3.414/2009**

Determina Ponto Facultativo no Município de Ibirubá os dias 24 e 31 de dezembro de 2009.

CARLOS JANDREY, Prefeito Municipal de Ibirubá-RS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 68, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, de 03 de abril de 1990 e suas alterações e;

Considerando o feriado nacional dos dias 25 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2010, que transcrevem em uma sexta-feira;

**RESOLVE**

Art. 1º - Determinar como Ponto Facultativo os dias 24 e 31 de dezembro de 2009, no turno da tarde, devendo o expediente do turno da manhã ser das 7h30min às 12horas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 18 de dezembro de 2009.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRUBÁ-RS, em 18 de dezembro de 2009.

**CARLOS JANDREY**

Prefeito Municipal.

Registre-se. Publique-se.  
Cumpra-se.**GUSTAVO ROBERTO SCHROEDER**

Secretário Geral.

**Publicado por:**

Lucia Fernanda Wohlenberg de Souza

**Código Identificador:**7461582D**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SÚMULA DE CONTRATO**

**Nº. CONTRATO:** 185/2009 **MODALIDADE:** Dispensa de Licitação 007/2009

**CONTRATADA:** SAVALÉ IMÓVEIS LTDA ME**OBJETO:** locação de um imóvel para implantação do centro de referência da assistência social - CRAS**VALOR:** R\$ 350,00 mensais **PRAZO:** 12 meses**Publicado por:**

Greici Fraga Celistre Duarte

**Código Identificador:**15305D74**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SÚMULA DE ADITIVO****MODALIDADE:** Pregão Eletrônico nº.018/2009**Nº:** 1º aditivo ao contrato nº.170/2009**CONTRATADA:** TVD INFO STORE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**OBJETO:** Aquisição de equipamentos de informática e outros**ADITAMENTO:** quantidade**VALOR:** R\$ 1.109,00**Publicado por:**

Greici Fraga Celistre Duarte

**Código Identificador:**A369B053**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
RESOLUÇÃO Nº 03, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2009**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santo Antonio da Patrulha – CMDCA/SAP, por meio da Comissão Eleitoral designada pela Resolução 01/2009, em obediência ao disposto nos Artigos 32 e 33, da Lei Municipal nº 5.844, de 11 de novembro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º **Deferir**, preliminarmente, as inscrições dos candidatos abaixo relacionados para concorrerem a eleição do Conselho Tutelar deste Município, a ser realizada no dia 31 de março de 2010:

MÁXIMO ERNANI RIVERO

JOSE LUIZ BORBA SCHENKEL



LIZETE TERESINHA BARCELLOS TEDESCO  
MARILETE GIL PEREIRA  
PEDRO DOS SANTOS SOUZA  
ADRIANA CARDOZO SILVA

Art. 2º **Indeferir**, preliminarmente, a inscrição da candidata ROSANGELA MARIA DOS SANTOS PORTAL, por não atender ao disposto no artigo, 31, §1º, inciso V, da Lei Municipal nº 5.844, de 11 de novembro de 2009., combinado com o artigo 4º, item 6, da Resolução 02, de 7 de dezembro de 2009.

Art. 3º Fica aberto, a contar desta data, o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para interposição de recursos.

Santo Antônio da Patrulha, 24 de dezembro de 2009.

**SAMUEL OLIVEIRA DOS REIS**

Presidente da Comissão Eleitoral

**Publicado por:**

Mariana Castilhos de Souza

**Código Identificador:**A42AE8CE

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO INHACORÁ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Abertura de Crédito fixo nº 40/05492-6

Objeto: Aquisição de ônibus, microônibus

Valor do Crédito: R\$ 274.300,00 (duzentos e setenta e quatro mil e trezentos reais).

Encargos de inadimplência:

- comissão de permanência à taxa de mercado do dia do pagamento, nos termos da Resolução 1.129, de 15.05.86, do Conselho Monetário Nacional, art.8, da Lei 9.138, de 29.11.95, e Resolução 2.886, de 30.08.2001, do Conselho Monetário Nacional, e
- juros moratórios à taxa efetiva de 1% (um por cento) ao ano:
- multa de 2% (dois por cento) calculada e exigível nas datas dos pagamentos, sobre os valores em atraso a serem parcialmente pagos e, na liquidação do saldo devedor, sobre o montante inadimplido.

Fonte/Origem dos Recursos: BNDES/FINAME – Programa Caminho da Escola (Resolução CMN nº 3.453, de 26.04.2007).

Atualização Monetária: Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

Taxa de Juros Efetiva: 4% a.a

Prazo Total: 72 (setenta e dois) meses.

Liberação: Imediata

Carência: 06 (seis) meses

Amortização: 66 (sessenta e seis) meses.

Garantias: reserva de meios de pagamento, mediante autorização de débito em conta-corrente.

Assinatura: 15/12/2009

**Publicado por:**

Renato Gräf

**Código Identificador:**B02AA1D3

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PREGÃO ELETRÔNICO 136-09**

O Município de Xangri-Lá torna público para conhecimento dos interessados que no dia **08 de janeiro de 2010, às 14h**, ocorrerá pregão eletrônico para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA O COMDEMA (EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, MAT.EXPEDIENTE E PNEUS)**, conforme **Edital de nº 215/2009**. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Executivo através do site [www.xangrila.rs.gov.br](http://www.xangrila.rs.gov.br) ou do Portal [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br).

Xangri-Lá, 23 de dezembro de 2009.

**CELSO BARBOSA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Fabio Arruda

**Código Identificador:**AEECD87E



**A Publicação eletrônica no**  
*Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul*  
**possui a mesma validade legal**  
**das publicações impressas!**

**FAMURS**

Para mais informações, ligue: (51) 3230-3100,  
E-mail: [suporte@famurs.com.br](mailto:suporte@famurs.com.br)